

AMANHÃ É DIA DE LUTA MUITA LUTA

Para nós da USP, além da necessidade de somarmos forças com todos os trabalhadores do Brasil, contra os ataques do governo Temer, entre eles as Reformas da previdência e trabalhista, que subtraem direitos trabalhistas históricos, também travaremos neste dia 15 uma luta em defesa da educação, contra o desmonte da USP, em defesa dos nossos empregos, salários, benefícios sociais e pelo FORA ZAGO!

Por tudo isso, o Conselho Diretor de Base do Sintusp (CDB), reunido, decidiu propor a unificação das bandeiras contra as reformas do governo e pela revogação do documento intitulado "parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP", aprovado no Conselho Universitário (Co) na última terça-feira, 7 de março.

O Co que se reuniu vergonhosamente, enquanto trabalhadores e estudantes apanhavam brutalmente do lado de fora da reitoria e que em uma votação pífia aprovou um documento que ataca verginiosamente todos os trabalhadores da universidade, por consequência, toda a Universidade de São Paulo, tanto que passou a ser conhecido nas redes sociais como "PEC do fim do mundo".

Portanto, o CDB indicou a paralisação e trancaço do portão 1 da USP (portão principal) para todas as reuniões de unidade e hoje [14/ março], às 12h30, na História, em Assembleia Geral dos Funcionários da USP, vamos aprovar os indicativos do Conselho Diretor de Base.

OS PROFESSORES E ESTUDANTES JÁ APROVARAM A PARALISAÇÃO DO DIA 15.

É muito importante que façamos um grande ato conjunto no portão principal da USP (portão 1). Logo após o Ato, teremos Debate [12h30] sobre Reforma da Previdência, no Sintusp.

Precisamos pontuar claramente, que se a reforma da previdência passar, a maioria dos trabalhadores vão morrer trabalhando, uma vez que estão vinculando a aposentadoria à 65 anos de idade com 49 anos de contribuição. Muitos dos nossos jovens nunca se aposentarão e vários trabalhadores terão suas aposentadorias postergadas.

Já a reforma trabalhista pode tirar ou diminuir direitos históricos como 13º salário, FGTS, férias, etc, já que propõe que o negociado prevalece sobre o legislado, e mais muitas barbaridades.

ABAIXO ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA!

PELA REVOGAÇÃO DO PACOTE DO REITOR!

FORA ZAGO!

HOJE, TODOS À ASSEMBLEIA, ÀS 12H30, NA HISTÓRIA!

NOSSO FUTURO ESTÁ EM JOGO!

10 razões para lutar contra a Reforma da Previdência - PEC 287/2016

- 1** A idade mínima de aposentadoria passará para 65 anos, para homens e mulheres.
- 2** O prazo mínimo de contribuição será elevado de 15 para 25 anos.
- 3** O tempo de contribuição para aposentadoria integral, que corresponde a 100% do benefício de direito de cada trabalhador, será de 49 anos.
- 4** Com a nova regra, o tempo para ter direito à aposentadoria integral aumentará em quase 20 anos.
- 5** Para se aposentar integralmente na idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá que ter começado a trabalhar, formalmente, aos 16 anos.
- 6** Já aqueles que ficaram longos períodos sem trabalho formal só poderão receber a aposentadoria integral se trabalharem até os 80 anos de idade ou mais.
- 7** Cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevivência do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano.
- 8** A regra também valerá para o trabalhador rural, que normalmente tem jornadas mais extenuantes e pesadas que o trabalhador urbano.
- 9** A nova regra, ao igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres, desconsidera a realidade das trabalhadoras brasileiras, que geralmente assumem as tarefas de casa ainda na adolescência e acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho.
- 10** Nas pensões por morte, o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu, com um adicional de 10% para cada dependente do casal.

FORUM das seis
(Art. 6º, inciso VI, da Lei nº 12.475/2012)

**PARTICIPE DAS LUTAS!
NÃO PODEMOS ACEITAR RETROCESSOS!**

Declaração da Adusp...

Basta! Fora Zago!

Os atos autoritários do reitor extrapolaram todos os limites. Nada resta das promessas de diálogo e democratização de Zago e Agopyan, alardeadas na campanha em 2013, num incontestado estelionato eleitoral. Restam agora apenas o desrespeito à comunidade e às normas democráticas inscritas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que devem pautar a gestão educacional.

O reitor vem implantando medidas que corroem e descaracterizam a USP enquanto universidade pública, gratuita e socialmente referenciada -- um patrimônio público construído pelo esforço de gerações de docentes, funcionários e estudantes.

Em conluio com o governo Alckmin, sua gestão agride frontalmente espaços de ensino, pesquisa e extensão, como o HU, o HRAC, a Escola de Aplicação e as creches.

Ao promover planos de incentivo à demissão voluntária, que já resultaram na perda de milhares de funcionários, Zago fragilizou ou impediu o pleno funcionamento de setores essenciais da USP. Faltam políticas efetivas de acesso e permanência estudantil.

Os órgãos colegiados têm sido sistematicamente desconsiderados e as normas mais elementares do serviço público, acintosamente ignoradas. Iniciativas político-administrativas são tomadas clandestinamente, à revelia da comunidade universitária. Informações de grande relevo são sonegadas, o debate é cerceado.

A contratação às escondidas da McKinsey&Company, empresa de consultoria mundialmente conhecida por seu envolvimento em diversos escândalos, introduz mais um capítulo numa história marcada pela conduta autocrática e avessa à transparência.

Para garantir a aprovação de seu novo pacote de medidas, os "Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP", em 7 de março de 2017, Zago não hesitou em recorrer à força de choque da Polícia Militar para reprimir com brutalidade uma manifestação pacífica em frente à Reitoria. Professores, funcionários, estudantes e até mesmo crianças foram covardemente atacados com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e cassetetes.

Por tudo isso, reunidos em Assembleia Geral no dia 9 de março, os docentes da USP consideram o reitor, que é escolhido para ser representante da comunidade acadêmica, **indigno do cargo que exerce** e declaram Zago e seus coniventes, omisso ou submissos vice-reitor e pró-reitores, **inimigos da universidade pública**.

FORA ZAGO!

UM BRAVO ÀS COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS LUTADORES, QUE SAÍRAM ONTEM [13/3] ATRAVÉS DA SEGUNDA EDIÇÃO DO PIDV

Saíram, mas deixaram muito de suas vidas aqui, construíram a excelência da USP.

A grande maioria, antes de ir, nos procurou para se despedir, deixando relatos emocionantes, muitos chorosos diziam que saem desolados com desvalorização promovida pela reitoria, por seus sucessivos ataques, pelo temor do que este reitor ainda pode fazer e pela desmoralização acirrada à classe trabalhadora da USP, nesta gestão da reitoria.

Deixam aqui muitos trabalhadores que para além da saudade, sentirão na pele sua falta, pois terão que trabalhar mais e mais para suprir as ausências. A insatisfação com a atual gestão reitoral é expressa em todos os rostos, muitos lamentam não terem se enquadrado nos requisitos para sair também.

Reafirmamos um grande bravo para cada companheira e companheiro que fez desta uma Universidade de excelência, e nosso grito de força para continuar lutando pela manutenção da USP.

PARECER DO TRT SOBRE O DESCONTO DOS DIAS NA GREVE DE 2016

No dia 08/03, ocorreu o julgamento dos Embargos Declaratórios que o SINTUSP impetrou contra a Universidade e mais uma vez os trabalhadores ganharam, porém ainda não foi estipulado o prazo para pagamento.

A Juíza relatora tentou mudar a sentença, dando ganho de causa para a USP, mas o Revisor e o Plenário mantiveram a sentença anterior e mantiveram o direito dos trabalhadores em receber os salários durante a greve.

Agora iremos aguardar a publicação no Diário Oficial do texto integral da decisão, que será lavrado pelo Desembargador Revisor, já o que Juíza Relatora teve o seu voto vencido no julgamento, para que possamos decidir qual a melhor medida a ser tomada para agilizar o pagamento dos salários descontados durante a greve.

Se no voto do Revisor for estabelecido prazo para pagamento, iremos executar a sentença imediatamente (ação de cumprimento), mas se o voto não estabelecer prazo para pagamento, teremos que ingressar com Embargos de Declaração de Embargos de Declaração, para que o Revisor se manifeste sobre esse prazo.

ATO UNIFICADO NA PAULISTA: DIA 15 ÀS 16H

REINTEGRAÇÃO DE BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!